



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

Casa Branca



Parlamentares dos EUA enviaram carta ao secretário de Donald Trump, Marco Rubio

CV e PCC: coautor da Magnitsky pressiona Trump

Parlamentares dos Estados Unidos enviaram uma carta ao secretário de Estado, Marco Rubio, contra a possibilidade de o governo americano classificar facções criminosas brasileiras como organizações terroristas. O documento é liderado pelo deputado do Partido Democrata James P. McGovern, co-presidente da Comissão de Direitos Humanos Tom Lantos (TLHRC) e coautor da Lei Magnitsky.

Na carta, os congressistas afirmam que o uso desse tipo de designação tem sido ampliado sem o cumprimento dos critérios legais exigidos para caracterização de terrorismo. Segundo eles, a medida pode enfraquecer o combate ao crime organizado no continente.

“Estamos preocupados com o uso excessivo e a instrumentalização, pela administração Trump, das designações de Organização Terrorista Estrangeira (FTO), sem o cumprimento do claro requisito legal para caracterização de atividade terrorista, o que pode enfraquecer os esforços para combater o crime organizado em nosso hemisfério”, escreveram.

Os parlamentares também manifestam preocupação com o uso dessas classificações como justificativa para ações letais fora dos padrões legais. “Além disso, diante do uso dessas designações como justificativa para a realização de execuções extrajudiciais no Caribe e no Pacífico Oriental, estamos preocupados com a forma como essa classificação pode vir a ser utilizada”.

Sanções contra Moraes

O grupo ainda alerta para possíveis impactos diplomáticos e cita a suspensão das sanções contra Alexandre de Moraes. “Embora as sanções contra Alexandre de Moraes tenham sido suspensas após mediação diplomática, continuamos preocupados com a postura desta administração em relação ao Brasil, onde eleições nacionais serão realizadas”.

A carta ainda menciona preocupação com o uso da designação como justificativa para ações mais duras no exterior. Os deputados citam episódios recentes em que classificações semelhantes teriam sido usadas para embasar operações com mortes fora dos EUA.

O grupo pede que o Departamento de Estado apresente evidências claras antes de qualquer decisão e defende que o enfrentamento ao crime organizado priorize a cooperação internacional, além da articulação entre forças de segurança.

A TLHRC é um órgão bipartidário da Câmara dos Representantes dos EUA, criado para promover e defender normas internacionais de direitos humanos. Com copresidência dos deputados Christopher H. Smith e James P. McGovern, a comissão tem como objetivo monitorar abusos sobre casos globais.

Oposição dobra aposta e quer PEC da Anistia

Lula Marques/Agência Brasil



Líder do PL, Sôstenes dobra aposta contra Moraes

Líder do PL na Câmara, o deputado Sôstenes Cavalcante apresentou uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para conceder anistia a condenados pelos atos de 8 de Janeiro de 2023, em Brasília. A iniciativa ocorre após o ministro Alexandre de Moraes (STF) suspender a lei que instituía a dosimetria, que reduzia drasticamente as penas desses réus.

O novo texto de Sôstenes prevê o perdão total de condenados por crimes que vão desde dano ao patrimônio público até tentativa de golpe de Estado. Entre os delitos listados estão dano qualificado, deterioração de patrimônio tombado, associação criminosa armada, tentativa de abolição do Estado Democrático de Direito e golpe de Estado.

Na justificativa, o parlamentar afirma que a medida busca corrigir o que classifica como “abuso de autoridade” do STF. O texto cita decisão do ministro Alexandre de Moraes que suspendeu a aplicação da Lei da Dosimetria para condenados pelos atos de 8 de janeiro até julgamento definitivo da Corte.

“A superveniência de interposição de ação direta de inconstitucionalidade e, consequentemente a pendência de julgamento em controle concentrado de constitucionalidade, configura fato processual novo e relevante, que poderá influenciar no julgamento dos pedidos realizados

pela defesa”, diz o documento.

Segundo Sôstenes, a atuação do STF representa interferência indevida sobre decisões do Congresso Nacional. “Não pode um único juiz derrubar a decisão do Parlamento, isso é invasão de competência, é invasão de poderes e uma afronta à democracia”, afirma o deputado.

Para o parlamentar, a anistia se justificaria diante do que chama de “perseguição política” contra investigados e condenados pelos atos. “Deve-se conceder, juntamente, a anistia aos crimes de associação criminosa armada, tentativa de abolição do Estado Democrático de Direito e golpe de Estado. Mas, na verdade dos fatos, trata-se de mera perseguição política por se insurgir contra o Poder Judiciário”, avalia.

Por se tratar de uma proposta de emenda à Constituição, o texto precisa do apoio de três quintos dos parlamentares em dois turnos de votação na Câmara e no Senado para ser aprovado.

Vorcaro quis barrar posts de influenciadoras

Ex-controlador do Banco Master, Daniel Vorcaro quis proibir publicações de influenciadoras convidadas para uma viagem de aniversário que fez com sua ex-namorada, Martha Graeff. A medida teria como objetivo evitar exposição e que inimigos “mirassem o que estava havendo”.

Na conversa, datada de agosto de 2025, Martha cita a presença de amigas como Camila Coelho (10 milhões de seguidores no Instagram), Valeria Lipovetsky (2,5 milhões) e Vita Sidorkina (1,5 milhão). O empresário demonstra preocupação com a possibilidade de as postagens delas chegarem a seus “inimigos”.

“Amor, acho que o ideal é todos combinarem de não postar nada durante a viagem. Nada sobre a viagem. Postar sobre seu

niver no dia, sem problemas, sem falar onde estão”, disse. “Se postam que estão lá no primeiro dia, vão todos os inimigos mirar o que está havendo lá”, completou.

Em seguida, Martha sugere retirar os convites às influenciadoras. “Com certeza, mas acho melhor desconvidar as influencers então”, afirmou. Vorcaro responde: “Eu só gostaria que postassem depois, porque, se postam no primeiro dia, nego chama até drone, garçom. Se postarem depois, não teremos problema nenhum, te prometo”.

Na sequência, o ex-banqueiro questiona se haveria alternativa. “Elas não podem postar outra coisa que não seja a viagem?”, disse. Martha demonstra resistência: “Muito complicado isso, amor. Camila, Valéria, Vita. Eu não quero me es-

tressar com isso”.

As mensagens foram trocadas no dia 11 de agosto, cerca de três meses antes de Vorcaro ser preso pela primeira vez pela Polícia Federal (PF), no Aeroporto de Guarulhos (SP). A detenção ocorreu na fase inicial da Operação Compliance Zero, que investiga suspeitas de gestão fraudulenta, organização criminosa e lavagem de dinheiro.

O material integra o conjunto de conversas analisadas pelos investigadores ao longo da apuração conduzida pela PF. Na decisão que autorizou a prisão de Vorcaro, o ministro André Mendonça apontou indícios de um esquema criminoso que pode envolver integrantes da alta cúpula de órgãos governamentais.

PEC da Maioridade atinge 38 apoios

Lula Marques/Agência Brasil



Flávio Bolsonaro faz nova ofensiva

■ O senador Flávio Bolsonaro (PL) já reuniu 38 assinaturas para o requerimento que tenta acelerar a tramitação da PEC que reduz a maioria penal no Senado.

A PEC 32/2019 segue em tramitação regular na Casa, com análise prevista pela CCJ antes de seguir ao plenário. Paralelamente, o senador tem coletado assinaturas para um requerimento de calendário especial. O mecanismo funciona como uma espécie de “urgência” para PECs.

Com esse requerimento, a proposta pode ser levada diretamente ao plenário, sem passar por todas as etapas regimentais. Para isso, é necessário o apoio de senadores ou líderes que representem a maioria da Casa, o que equivale a 41 assinaturas. Mesmo assim, a PEC ainda precisará de 49 votos favoráveis. A proposta foi apresentada por Flávio em 2019 e voltou ao debate após a repercussão de um caso recente de estupro envolvendo menores de idade.